



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 19

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA QUATRO DE
SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE.

----- Aos quatro dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes** e **Bruno Alexandre Croca Brites** -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Calado Chuço** foi solicitado que fossem redireccionados alguns espelhos que se encontram mal posicionados, não permitindo uma boa visibilidade aos condutores, que pretendem entrar em certas vias. -----

----- Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** ----

----- **Ponto um - um: PROJETO DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES:**

Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Caldo Chuço**, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedida para quaisquer intervenções enquanto Vereadora da Câmara, para

intervir no presente assunto por ser parte interessada, pelo que de seguida abandonou a reunião. -----

Presente o seguinte projeto de arquitetura e especialidades em nome de: -----

- **Valentim João Aleixo de Matos**, para alteração de cobertura de uma moradia sita na Rua 9 de Abril, nº. 10, em Pavia, processo nº. 9/2019. -----

Deferido por unanimidade os projetos de arquitetura bem como os de especialidades apresentados de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente cumprir com o constante no mesmo. -----

Mais foi deliberado por unanimidade conceder a licença de construção pelo prazo de 3 meses, após apresentação dos elementos necessários para o efeito, a efetuar no prazo de um ano a contar da data da notificação do ato de licenciamento. -----

Ato contínuo a Senhora Vereadora regressou à reunião. -----

----- **Ponto um - dois: LEGALIZAÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO, PROCº. Nº. 8/2019:** Presente o seguinte projeto de arquitetura, legalização, em nome de: -----

- **Joaquim Manuel Nunes Canelas** e **Joaquina Maria Simões Godinho Canelas**, para legalização de edifício de habitação no Loteamento Municipal da Quinta da Laranjinha, lote nº. 48, em Cabeção, processo nº. 8/2019. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

Mais deliberou por unanimidade conceder o prazo de 6 meses, para apresentação dos projetos de especialidades em conformidade com o n.º 4 do artigo 20º do **Regime Jurídico da Edificação e Urbanização**. -----

----- **Ponto um - três: LICENÇA ESPECIAL PARA OBRAS INACABADAS:**

Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Caldo Chuço**, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedida para quaisquer intervenções enquanto **Vereadora da Câmara**, para intervir no presente assunto por ser parte interessada, pelo que de seguida abandonou a reunião. -----

Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo**, informando que o presente processo nº. 19/2015, em nome de **Alfredo Augusto Moita Estoura**, consiste numa **Licença Especial para Obras Inacabadas**, ao abrigo do artigo 88º do RJUE, referente à construção de moradia sita na Rua de Cabeção, nº. 186 em Mora. -----

A obra em questão foi executada com base no processo submetido em 2015 e aprovados os projetos de arquitetura e especialidades através de deliberações de 09/03/2016 e de 15/06/2016. A obra não foi no entanto concluída dentro do prazo estabelecido e respetivas prorrogações e encontra-se por terminar, tendo sido descritos em memória descritiva os trabalhos por executar. -----

Considera-se que não ocorreram alterações no enquadramento legal da pretensão no que concerne ao Instrumento de Gestão Territorial aplicável, que a obra apresenta um estado avançado de execução, pelo que nada existe a opor ao deferimento da pretensão, concedendo a licença pelo prazo solicitado de três meses, após submissão dos elementos necessários à emissão do alvará.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade conceder a solicitada licença especial para conclusão de obras inacabadas, para a referida obra de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**,

concedendo a licença pelo prazo de três meses, após submissão dos elementos necessários à emissão do alvará. -----

Ato contínuo a Senhora Vereadora regressou à reunião. -----

----- **Ponto um - quatro: AVERBAMENTO DE PROCESSO Nº. 05-22/1968:**

Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **Ana Leonarda Palhinhos Alves Costa**, solicitando o averbamento para seu nome do processo nº. 05-22/1968, que se encontra em nome de **Manuel da Boa Morte Alves**. -----

Face aos elementos apresentados, nada existe a opor ao deferimento do pedido. -----

Deferido por unanimidade de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

----- **Ponto um - cinco: EMISSÃO DE CERTIDÕES:** Presentes os seguintes pedidos de emissão de certidões em nome de: -----

- **João Pedro Costa Pontes** a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 590 da freguesia de Pavia, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 663 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 192,57 m2. Trata-se do edifício localizado na Malarranha que terá funcionado como escola do ensino primário. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

- **Custódia Maria Filipe**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio ins-

crito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 616 da freguesia de Brotas, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 305 da mesma freguesia, com a área de implantação de 55,00 m2 e de construção de 110,00 m2, localizado na Rua Possidónio Alves Salgado, n.º 16. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

- **Ana Maria Rodrigues Pires**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1237 da freguesia de Cabeção, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1389 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 35,00 m2, localizado na Rua Dr. José Ferreira Prates Canelas, n.º 7. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

----- **Ponto um - seis: PROJETOS DE ESPECIALIDADES:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que nos termos do disposto no D.L. nº 555/99 de 16/12, com a redação que foi dada pelo DL 136/2014 de 09/09, foram apresentados os projetos de especialidades relativos ao processo nº. 14/2018, em nome de **Liga dos Combatentes** para construção de edifício, em **Mora**. -----

Relativamente ao projeto de gás, foi submetido requerimento solicitando a isenção da sua apresentação com base no Decreto-Lei 521/99 de 10/12. Foi a requerente informada de que o diploma não está em vigor, tendo sido revogado pelo Decreto-Lei 97/2017 de 10/08, já alterado pela Lei 59/2018 de 21/08. Assim, solicitou que o pedido fosse deferido com base no atual enquadramento,

o que se afigura viável face ao que estabelece o nº 2 do artigo 3º do diploma supracitado e atendendo a que a requerente declara não se prever a utilização de gás. Submete-se assim o assunto a decisão.-----

Encontrando-se os projetos apresentados instruídos c/ termos de responsabilidade em conformidade com o artigo 20º do RJUE, o que dispensa a sua apreciação, estarão reunidas as condições para a deliberação final de deferimento do pedido, podendo ser concedida a licença de construção pelo prazo de 15 meses, após apresentação dos elementos necessários para o efeito, a efetuar no prazo de um ano a contar da data da notificação do ato de licenciamento.-----

Deliberado por unanimidade com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, considerar que os projectos de especialidades apresentados cumprem o disposto na legislação aplicável, deferindo o pedido. -----

Deliberado também por unanimidade dispensar o requerente da apresentação do projeto de gás atendendo a que a requerente declara não se prever a utilização de gás. -----

Mais foi deliberado por unanimidade conceder a licença de construção pelo prazo de 15 meses, após apresentação dos elementos necessários para o efeito, a efetuar no prazo de um ano a contar da data da notificação do ato de licenciamento, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.-----

----- **Ponto um - sete: NÚMEROS DE POLICIA - TRAVESSA DE SANTO**

ANTÓNIO EM PAVIA: Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando do requerimento apresentado por **Maria Carlota Oliveira Duarte**, proprietária do prédio sito no gaveto da Rua de Santo António com a Travessa de Santo António em Pavia, solicitando a atribuição de números de policia às portas existentes na Travessa de Santo António que ainda os não possuam.-----

De acordo com a caderneta predial urbana do prédio, inscrito na matriz sob o artigo nº. 201, o mesmo localiza-se na Rua de Santo António nº. 47 em Pavia. Porém esta numeração foi indevidamente colocada num portão de acesso ao pátio do prédio sito na Travessa de Santo António e deverá ser alterada. -----

No sentido de responder ao requerido propõe-se a atribuição de numeração de polícia às portas confinantes com a travessa de Santo António em Pavia, em conformidade com planta anexa à presente informação e que seja dado conhecimento à proprietária e às entidades habituais (Junta de Freguesia de Pavia, Finanças, Conservatória, GNR. CTT, Código Postal). -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada, atribuindo os números de polícia à referida Rua, nos termos da alínea v) do número um do artigo sessenta e quatro do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, na redação da Lei número cinco A barra dois mil e dois de cinco de Janeiro, bem como dar conhecimento às referidas Entidades de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** anexa à presente informação. -----

----- **Ponto um - oito: PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO**

"CONSTRUÇÃO DA NOVA ROTUNDA NA AVENIDA DO FLUVIÁRIO EM

MORA" - SUSPENSÃO DOS TRABALHOS (CP 05-2018): Presente informa-

ção da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que na sequência do ofício, remetido pela entidade Câmara Municipal de Mora (Dono da Obra) à empresa Constradas, S.A. (Empreiteiro), datado de 2019-07-17, referente ao assunto “delimitação temporária da área de intervenção”, somos a informar de que o Empreiteiro vem solicitar por escrito, através do seu ofício datado de 2019-08-

29, a suspensão da execução dos trabalhos contratuais da Empreitada com a designação de "Construção da nova rotunda na Avenida do Fluvialário em Mora" e a referência de "CP 05-2019", invocando a impossibilidade temporária de cumprimento do contrato ao abrigo da alínea a) do artigo 297.º do CCP. -----

Face ao exposto submete-se à aprovação, por parte do órgão competente para a decisão de contratar, a suspensão da execução dos trabalhos ao abrigo da alínea a) do artigo 297.º do CCP, sabendo que a execução das prestações que constituem objeto do contrato recomeça logo que cessem as causas que determinam a suspensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aceitar a suspensão da execução dos trabalhos referentes à Empreitada com a designação de "Construção da nova rotunda na Avenida do Fluvialário em Mora" e a referência de "CP 05-2019" ao abrigo da alínea a) do artigo 297.º do CCP, sabendo que a execução das prestações que constituem objeto do contrato recomeça logo que cessem as causas que determinam a suspensão.-----

----- **Ponto um - nove: PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA "MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS PISCINAS MUNICIPAIS - ILUMINAÇÃO" - APROVAÇÃO DO AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 01 (CPR 06-2019):** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que dando cumprimento ao artigo 19.º do documento "Norma de Controlo Interno" da Câmara Municipal de Mora, submete-se à aprovação, por parte do órgão competente para a decisão de contratar, o documento "Auto de Medição n.º 01" referente aos trabalhos contratuais da Empreitada com a designação de "Melhoria da eficiência energética das Piscinas Municipais - Iluminação" e a referência de "CPr 06-2019". -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar **o Auto de Medição nº. 01 (CPr 06-2019)**, referente à Empreitada com a designação de "Melhoria da eficiência energética das Piscinas Municipais - Iluminação". -----

----- **Ponto um - dez: PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA "MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS PISCINAS MUNICIPAIS - EQUIPAMENTO" - APROVAÇÃO DO AUTO DE MEDIÇÃO Nº. 02 (CPR 11-**

2019): Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que dando cumprimento ao artigo 19.º do documento "Norma de Controlo Interno" da Câmara Municipal de Mora, submete-se à aprovação, por parte do órgão competente para a decisão de contratar, o documento **"Auto de Medição n.º 02"** referente aos trabalhos contratuais da Empreitada com a designação de "Melhoria da eficiência energética das Piscinas Municipais - Equipamento" e a referência de "CPr 11-2019". -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar **o Auto de Medição nº. 02 (CPr 11-2019)**, referente à Empreitada com a designação de "Melhoria da eficiência energética das Piscinas Municipais - Equipamento". -----

----- **Ponto um - onze: PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA "MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO JARDIM DE INFÂNCIA E 1º. CICLO DE PAVIA - EQUIPAMENTO" - APROVAÇÃO DO AUTO DE MEDI-**

ÇÃO Nº. 01 (CPR 10-2019): Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que dando cumprimento ao artigo 19.º do documento "Norma de Controlo Interno" da Câmara Municipal de Mora, submete-se à aprovação, por parte do órgão competente para a decisão de contratar, o documento **"Auto de Medição n.º 01"** referente aos trabalhos contratuais da Empreitada com a designação de "Melhoria da eficiência energética do Jardim de

Infância e 1º. Ciclo de Pavia - Equipamento" e a referência (CPr 10-2019). ---

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o **Auto de Medição nº. 01 (CPr 10-2019)**, referente à Empreitada com a designação de "**Melhoria da eficiência energética do Jardim de Infância e 1º. Ciclo de Pavia - Equipamento**". -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CHE MORENSE -**

EQUIPA FUTEBOL 11 - PROPOSTA DE SUBSÍDIO: Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 14 e 15. ---

Na sequência da reunião realizada com a **Associação dos Amigos da Che Morense**, vimos propor a atribuição de um subsídio no valor de **5.000,00€** destinado a apoiar a época desportiva 2019/2020 da **equipa masculina de Futebol 11**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade conceder um subsídio no valor de **5.000,00€** destinado a apoiar a época desportiva 2019/2020 da equipa masculina de Futebol 11, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

----- **Ponto dois - dois: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA**

SENHORA DA GRAÇA DE MORA - PEDIDO DE MATERIAIS: Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 14, 15 e 18. -----

Face ao pedido de apoio, em anexo à presente informação, propõe-se a cedência de 40 litros de tinta branca plástica e 3 baldes de tinta branca normal (tinta de água) para pintura do interior do edifício do **Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Graça de Mora**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada, concedendo o material solicitado, 40 litros de tinta branca plástica e 3 baldes de tinta branca normal (tinta de água), ao **Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Graça de Mora**, para pintura do interior do seu edifício, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

----- **Ponto dois - três: CURSO DE RENDAS E BORDADOS:** Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando que na sequência da comunicação da **Srª Balbina Maria Relvas**, propõe-se o apoio ao curso de rendas e bordados, que, à semelhança de anos anteriores, se realizará na sede da Associação de Reformados de Brotas e terá a duração de 3 horas semanais. ----

Outros Dados: -----

Funcionamento - Outubro de 2019 a Maio de 2020. -----

Custo mensal - 215,25€ IVA incluído. -----

Custo total - 1.722,00€. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada, suportando o referido custo das iniciativas solicitadas, de acordo com o disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **2.255.412,45€, dois milhões duzentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e doze mil euros e quarenta e cinco cêntimos** e **Dotações não Orçamentais** no valor **55.052,45€, cinquenta e cinco mil e cinquenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **16.169,59 €**.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FATURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o **Mapa de Faturas**.----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **52.605,99€**. -----

----- **Ponto três - quatro: RECLAMAÇÕES:** Presente informação da **Secção Administrativa** dando para conhecimento em reunião ordinária, das **reclamações nº 0345756 e nº 0246380**, apresentadas pelos Munícipes; **Rui Alves** e **Ana Leonor Relvas dos Santos Balhé**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - cinco: CONCURSO PÚBLICO PARA: "FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O ANO DE 2020":** Presente informação da

Divisão Administrativa e Financeira informando que considerando a necessidade de assegurar o fornecimento contínuo de energia elétrica, em Baixa Tensão Normal (BTN), incluindo a Iluminação Pública, em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT), às diversas instalações do Município de Mora para o ano de 2020 e que além do período de vigência do(s) contrato(s) que é de 365 dias, do ano de 2020, poderá haver mais um período até 90 dias em 2021, para a mudança de comercializador. -----

A necessidade de repartição de encargos para os anos de 2020 e 2021, que nos termos da alínea c) nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, que aprovou a lei dos compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas, a **assunção de compromissos plurianuais** está sujeita a autorização prévia da **Assembleia Municipal**. -----

Propõe-se que a **Câmara Municipal de Mora** delibere submeter à **Assembleia Municipal** para a **autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais para os anos de 2020 e 2021, que se estima em 956.940,00€ e 49.200,00€**, respetivamente, com IVA incluído à taxa de 23%. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade enviar à **Assembleia Municipal** o pedido de **autorização prévia de Assunção de Compromissos Pluria-**

nuais para os anos de 2020 e 2021, que se estima em 956.940,00€ e 49.200,00€, respetivamente, com IVA incluído à taxa de 23%, referente ao **Concurso Público para: "Fornecimento de energia elétrica para o ano de 2020"**, em conformidade com alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, na sua atual redação, para apreciação e votação. -----

----- **Ponto três - seis: CONSULTA PRÉVIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO "PLANO INTEGRADO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR - INTERVENÇÃO TÉCNICA PARA A MEDIAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA":** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que num contexto de perda progressiva de população jovem, de crescimento de problemáticas e desafios educativos e de aposta na valorização da educação e das qualificações dos jovens e da população do concelho, o Município de Mora tem vindo a apostar na educação, na criação de resposta educativas e de espaços de aprendizagem, e no reforço da relação escola-família-meio, enquanto pilares da sua estratégia de desenvolvimento.-----

Considerando que o Município de Mora, no sentido de promoção do sucesso escolar e do combate ao abandono escolar precoce, não tem pessoal habilitado suficiente e para executar os serviços em causa, necessita de abrir procedimento por consulta prévia para prestação de serviço técnico especializado para apoio à mediação escola-família para os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022. -----

O contrato terá a seguinte projeção plurianual de encargos estimada: -----

2020: 24.500,00 € (IVA incluído); -----

2021: 24.500,00 € (IVA incluído); -----

2022: 3.900,00 € (IVA incluído). -----

A alínea c) nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21/02, na sua atual redação,

que aprovou a lei dos compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA), a **assunção de compromissos plurianuais** está sujeita a autorização prévia da **Assembleia Municipal**. -----

Neste sentido, propõe-se que a **Câmara Municipal de Mora** delibere submeter à **Assembleia Municipal** para a **autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais para os anos de 2020 - 24.500,00 € (IVA incluído), 2021 - 24.500,00 € (IVA incluído) e 2022 - 3.900,00 € (IVA incluído)**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade enviar à **Assembleia Municipal** o pedido de autorização prévia de **Assunção de Compromissos Plurianuais para os anos de 2020 - 24.500,00 € (IVA incluído), 2021 - 24.500,00 € (IVA incluído) e 2022 - 3.900,00 € (IVA incluído)**, referente ao **Procedimento tipo Consulta Prévia para a prestação de serviços no âmbito do "Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Intervenção Técnica para a mediação Escola-Família"**, em conformidade com alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, na sua atual redação, para apreciação e votação. ----

----- **Ponto três - sete: CONSULTA PRÉVIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO "PLANO INTEGRADO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR - INTERVENÇÃO TÉCNICA NO ÂMBITO DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL E DESPORTIVA"**: Presente informação da

Divisão Administrativa e Financeira informando que num contexto de perda progressiva de população jovem, de crescimento de problemáticas e desafios educativos e de aposta na valorização da educação e das qualificações dos jovens e da população do concelho, o Município de Mora tem vindo a apostar na educação, na criação de resposta educativas e de espaços de aprendizagem, e no reforço da relação escola-família-meio, enquanto pilares da sua estratégia de

desenvolvimento. -----

Considerando que o Município de Mora, no sentido de promoção do sucesso escolar e do combate ao abandono escolar precoce, não tem pessoal habilitado suficiente e para executar os serviços em causa, necessita de abrir procedimento por consulta prévia para prestação de serviço técnico especializado para apoio à animação sociocultural e desportiva para os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022. -----

O contrato terá a seguinte projeção plurianual de encargos estimada: -----

2020: 24.500,00 € (IVA incluído); -----

2021: 24.500,00 € (IVA incluído);-----

2022: 3.900,00 € (IVA incluído). -----

A alínea c) nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, que aprovou a lei dos compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA), a **assunção de compromissos plurianuais** está sujeita a autorização prévia da **Assembleia Municipal**. -----

Neste sentido, propõe-se que a **Câmara Municipal de Mora** delibere submeter à **Assembleia Municipal** para a **autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais para os anos de 2020 - 24.500,00 € (IVA incluído), 2021 - 24.500,00 € (IVA incluído) e 2022 - 3.900,00 € (IVA incluído).**-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade enviar à **Assembleia Municipal** o pedido de **autorização prévia de Assunção de Compromissos Plurianuais para os anos de 2020 - 24.500,00 € (IVA incluído), 2021 - 24.500,00 € (IVA incluído) e 2022 - 3.900,00 € (IVA incluído)**, referente ao **Procedimento tipo Consulta Prévia para a prestação de serviços no âmbito do "Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - Intervenção Técni-**

ca no âmbito da Animação Sociocultural e Desportiva", em conformidade com alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, na sua atual redação, para apreciação e votação. -----

----- **Ponto três - oito: CONSULTA PRÉVIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA "IMPRESSÃO DO BOLETIM MUNICIPAL E MATERIAL DE DIVULGAÇÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE MORA":** Presente informação

da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que o **Município de Mora** pretende adquirir a prestação de serviços para impressão do Boletim Municipal, de desdobráveis, folhetos e de livros de escritores do Concelho de Mora. -----

O material a imprimir tem como finalidade a divulgação e promoção das atividades desenvolvidas pelo Município, promoção, divulgação turística e promover os escritores, do Concelho de de Mora. -----

O **Município de Mora** não possui os meios próprios necessários para garantir a execução dos referidos serviços. -----

O contrato terá a seguinte projeção plurianual de encargos estimada:-----
2019 - 16 359,00 €; 2020 - 25 953,00 €; 2021 - 21 648,00 €; Total - 63 960,00 €
€, Valores com IVA Incluído (23%). -----

A despesa prevista para o ano corrente tem cabimento, segundo informação da financeira pela proposta de cabimento nº 1125/2019, que se anexa à presente informação. -----

Nos termos da alínea c) nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, que aprovou a lei dos compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da **Assembleia Municipal**. -----

Propõe-se que a **Câmara Municipal de Mora** delibere submeter à **Assembleia**

Municipal para a autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais para os anos de 2020 e 2021, que se estima em 25.953,00€ e 21.648,00€, respetivamente, com IVA incluído à taxa de 23%. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade enviar à **Assembleia Municipal** o pedido de **autorização prévia de Assunção de Compromissos Plurianuais para os anos de 2019 - 16 359,00 €; 2020 - 25 953,00 €; 2021 - 21 648,00 €; Total - 63 960,00 €, valores com IVA incluído (23%)**, referente ao Procedimento tipo Consulta Prévia para a prestação de serviços para "Impressão do Boletim Municipal e material de divulgação Turística do Município de Mora", em conformidade com alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, na sua atual redação, para apreciação e votação. -----

----- **Ponto três - nove: CONSULTA PRÉVIA PARA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA JURÍDICA, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE AVENÇA"**: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que dado a necessidade da continuidade da consultadoria especializada na vertente jurídica é necessário a abertura de um procedimento tipo consulta prévia na modalidade de avença, por um período de 3 anos.-----

O contrato terá a seguinte projeção plurianual de encargos estimada: -----

2020: 15.000,00 € (IVA incluído); -----

2021: 15.000,00 € (IVA incluído); -----

2022: 12.000,00 € (IVA incluído). -----

A alínea c) nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, que aprovou a lei dos compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA), a **assunção de compromissos plurianuais** está sujeita a autorização prévia da **Assembleia Municipal**. -----

Neste sentido, propõe-se que a **Câmara Municipal de Mora** delibere submeter à **Assembleia Municipal** para a **autorização prévia da assunção de compromissos pluriauais para os anos de 2020 - 15.000,00 € (IVA incluído), 2021 - 15.000,00 € (IVA incluído) e 2022 - 12.000,00 € (IVA incluído).** -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade enviar à **Assembleia Municipal** o pedido de **autorização prévia de Assunção de Compromissos Plurianuais para os anos de 2020: 15.000,00 € (IVA incluído); 2021: 15.000,00 € (IVA incluído); 2022: 12.000,00 € (IVA incluído),** referente ao **Procedimento tipo Consulta Prévia para "Prestação de serviços de Consultadoria Jurídica, na modalidade de contrato de avença"**, em conformidade com alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, na sua atual redação, para apreciação e votação. -----

----- **Ponto três - dez: CONSULTA PRÉVIA PARA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MINISTRAR AULAS DE MÚSICA NA MODALIDADE DE CONTRATO DE AVENÇA":** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que dado a necessidade de dar continuidade à Escola de Música, da Orquestra da Câmara Municipal de Mora e apoio as atividades promovidas pelo município que têm nos seus programas espetáculos musicais, designadamente: Aniversário da Orquestra da Câmara municipal de Mora, Expomora, Morapesca, comemorações do 25 de Abril, apoio à Universidade Sénior e espetáculo de final de ano, Feira do Livro, entre outros, será necessário abrir procedimento por consulta prévia por um período de 3 anos. -----

O contrato terá a seguinte projeção plurianual de encargos estimada: -----
2020: 18.000,00 € (IVA incluído); -----
2021: 18.000,00 € (IVA incluído); -----

2022: 13.500,00 € (IVA incluído). -----

A alínea c) nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, que aprovou a lei dos compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA), a **assunção de compromissos plurianuais** está sujeita a autorização prévia da **Assembleia Municipal**. -----

Neste sentido, propõe-se que a **Câmara Municipal de Mora** delibere submeter à **Assembleia Municipal** para a **autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais para os anos de 2020 - 18.000,00 € (IVA incluído), 2021 - 18.000,00 € (IVA incluído) e 2022 - 13.500,00 € (IVA incluído)**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade enviar à **Assembleia Municipal** o pedido de **autorização prévia de Assunção de Compromissos Plurianuais para os anos de 2020 - 18.000,00 € (IVA incluído), 2021 - 18.000,00 € (IVA incluído) e 2022 - 13.500,00 € (IVA incluído)**, referente ao **Procedimento tipo Consulta Prévia para "Prestação de Serviços para Ministras Aulas de Música na modalidade de Contrato de Avença"**, em conformidade com alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, na sua atual redação, para apreciação e votação. -----

----- **Ponto três - onze: PAGAMENTO DE RECIBO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES**: Presente informação da **Secção Administrativa** informando da carta em nome de **Ana Cristina Matias Santos Oliveira**, residente em Mora, solicitando que o valor do recibo de água, da quantia de **279,81 €**, referente ao **consumidor nº. 4999, Ana Leonarda Palhinhas Alves Costa**, seja dividido em **6 prestações mensais**. -----

Propõe-se que seja retirado o valor de **63,05 €**, respeitante aos resíduos sólidos. A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade

autorizar o pagamento da referida importância de 279,81 €, seja dividido em 6 prestações mensais, bem como retirar o valor de 63,05 €, respeitante aos résíduos sólidos. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e ratificou dos seguintes **despachos do Senhor Presidente:** -----

- **Em que determinou**, adjudicar à Empresa POCALENTEJO - Apoio Contabilístico, Fiscal, Informático e Formação, Lda. - NIPC: 506 126 790, a "Implementação do novo Sistema de Contabilidade SNC-AP" pelo valor de 9.000,00€, (nove mil euros), mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou**, abrir Procedimento tipo Consulta Prévia para "Aquisição de um Dumper com Pá Carregadora", de acordo com o Caderno de Encargos e Convite, nos termos do Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito, de vinte nove de Janeiro, na sua última redação. -----

Determinou ainda que o prazo para entrega de propostas seja de 6 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----
Maquinter - Máquinas e Ferramentas, Lda. - NIPC: 501713239; -----

Pinto & Cruz - Motores e Equipamentos, S.A. - NIPC: 501566007; -----

Astel- Comércio de Equipamentos Industriais, Lda. - NIF 509393284.-----

Determinou também que o júri deste procedimento seja composto pelos Senhores; -----

Efetivos: -----

Presidente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço; -----

Vogal: António Godinho Mourão Costa; -----

Vogal: Joaquim António Matias Gafaniz; -----

Suplentes: Lénia Maria Risso Branco e Vitor da Silva Mendes. -----

Determinou ainda aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos.-----

O valor base do procedimento é de € 30.000,00. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- Em que determinou, tendo em conta a gratuidade dos manuais escolares dos alunos do 1º e 2º ciclos do Ensino Básico prevista no Orçamento de Estado para 2019, no âmbito da Ação Social Escolar, comparticipar a 100% a aquisição das Fichas de Trabalho/Cadernos Escolares a todos os alunos dos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico do concelho nos termos da alínea hh) do n.º. 1 do artigo 33 da Lei n.º. 75/2013, de 12 de Setembro. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente. -----

----- **Ponto cinco - dois: APROVAÇÃO PROPOSTA SERVIÇO TRANSPORTE ESCOLAR ANO LETIVO 2019-2020:** Presente informação do **Gabinete de Ação Social** informando que tendo em consideração a falta de meios logísticos e humanos para corresponder condignamente a todos os serviços de transportes escolares no nosso Concelho, e á semelhança do ano letivo anterior, pro-

põe-se a aprovação da proposta de prestação de serviço apresentada por **Fábio Miguel Nunes Godinho**, detentor da Licença de Táxi nº. 7/17, com o seguinte percurso: -----

- Pavia - Malarranha e vice-versa: 35,00 €/dia. -----

Por último, propõe-se que a presente deliberação produza efeitos a partir de 10 de setembro de 2019. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a presente proposta da prestação de serviço apresentada por **Fábio Miguel Nunes Godinho**, detentor da **Licença de Táxi Nº 7/17**, com o seguinte percurso: -----

- Pavia - Malarranha e vice-versa: 35,00 €/dia. -----

Mais deliberou por unanimidade que a presente deliberação produza efeitos a partir de 10 de Setembro de 2018. -----

----- **Ponto cinco - três: LEI Nº 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - TRANSFE-**

RÊNCIA DE COMPETÊNCIAS: A Lei Nº 50/2018, de 16 de Agosto, vem transferir competências para as autarquias que até agora eram do Governo. -----

Estas competências são das seguintes áreas: Educação; Ação Social; Saúde; Proteção Civil; Cultura; Património; Habitação; Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico económico não afetas à atividade portuária; Praias Marítimas, Fluviais e Lacustres; Informação Cadastral, Gestão Florestal e Áreas Protegidas; Estruturas de Atendimento ao Cidadão; Policiamento de Proximidade, Proteção e Saúde Animal; Segurança de Alimentos; Segurança Contra Incêndios; Estacionamento Público; Modalidades afins de Jogos de Fortuna e Azar. -----

Atendendo que: -----

- O financiamento que o Estado pretende transferir para as autarquias não

acompanha as reais necessidades de manutenção e investimento em que estão manifestamente carenciadas. -----

- Esta Lei irá transformar completamente o paradigma do Poder Local Democrático tal como o conhecemos, além de ir provocar e transferir encargos que colocarão novos problemas, quer nas gestão das autarquias, quer sobretudo à resposta a problemas da população. -----

- Reconhecendo que em termos organizacionais e com os recursos humanos atualmente existentes a Câmara Municipal de Mora não conseguirá responder satisfatoriamente áquilo que serão os normais anseios da população. -----

- Considerando que a Lei atribui a faculdade de essa transferência se fazer de forma gradual nos seguintes termos: Até 30 de Setembro de 2019, as autarquias que não pretendam assumir as competências em 2020 comuniquem à DGAL essa intenção após prévia deliberação do Órgão Deliberativo, exceto na área da Saúde que deve ser comunicada até 17 de Setembro do presente ano.

Propõe-se que o Órgão Executivo da Câmara Municipal de Mora delibere no sentido de rejeitar a transferência de todas as competências conforme determina a Lei Nº 50/2018, de 16 de Agosto, e outras que o Governo venha a propor sem os correspondentes meios financeiros para o ano de 2020. -----

Remeter esta matéria à Assembleia Municipal para deliberação. -----

Informar a DGAL da deliberação dos órgãos municipais até 30 de Setembro. ----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade de harmonia com a proposta do Senhor Presidente da Câmara, não aceitar a transferência de competências na Área da Educação; Ação Social; Saúde; Proteção Civil; Cultura; Património; ----

Habitação; Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico económico não afetas à atividade portuária; Praias Marítimas, Fluviais e

Lacustres; Informação Cadastral, Gestão Florestal e Áreas Protegidas; Estruturas de Atendimento ao Cidadão; Policiamento de Proximidade, Proteção e Saúde Animal; Segurança de Alimentos; Segurança Contra Incêndios; Estacionamento Público; Modalidades afins de Jogos de Fortuna e Azar, atendendo às causas invocadas na presente informação. -----

Remeter esta matéria à Assembleia Municipal para deliberação. -----

Informar a DGAL da deliberação dos órgãos municipais até 17 de Setembro no caso da área da Saúde e 30 de Abril as restantes áreas. -----

Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Calado Chuço** foi entregue uma Declaração de Voto anexa à presente ata.-----

----- **Ponto cinco - quatro: CEDÊNCIA DE TRANSPORTE:** Presente informação do **Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes, Marco Filipe Barreiros Pires**, informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte às seguintes associações: -----

- **Grupo Cantares Alentejanos de Brotas** para uma deslocação a Moura (5 de Setembro), a Coruche (1 de Outubro) e a Mora (16 de Novembro); -----

- **Paróquia de Brotas**, para apoio no transporte de um grupo de peregrinos, de Fátima para Mora, no dia 13 de Outubro do presente ano. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram dez horas e trinta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-